



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

PUBLICADO

Jornal Ípogus notícias
Edição 250 PG: 9
Data 25/09/15 a 26/09/15



Stef. P. Nunes
Rúbrica

LEI N.º 1.287/2015

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA CRIAR VAGAS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, COM O ESCOPO DE ATENDER A DEMANDA, CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal de Cantagalo aprovou e assim sanciona a seguinte Lei:


Art. 1º- Ficam criadas **04** (quatro) vagas para o cargo de Agente de Combate às Endemias.

Parágrafo único - As vagas de Agente de Combate às Endemias se destinam ao atendimento da demanda, considerando o perfil epidemiológico e sanitário, densidade demográfica, área territorial e condições socioeconômicas e culturais, de conformidade com o que preconiza a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.007, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º- Por se tratar de ação governamental que acarretará aumento da despesa, faz parte da presente Lei à estimativa do impacto orçamentário-financeiro para exercício de 2016 e os dois exercícios subsequentes; como também a DECLARAÇÃO do ordenador da despesa de que o aumento em questão tem adequação orçamentária e financeira, conforme preconizado nos incisos I e II do artigo 16 da LRF.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de setembro de 2015.


SAULO DOMINGUES GOUVÊA
PREFEITO



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

O Projeto de Lei, encaminhado pela Mensagem n.º **33/2015** de 26 de agosto de 2015, dispõe sobre contratação de **4 (quatro) Agentes de combates a Endemias** para o **Fundo Municipal de Saúde**.

A despesa inerente aos Projetos de Lei em questão está enquadrada, com base no disposto nos artigos 16 e 17 da Lei 101/2000 (LRF), como: **“Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado”**, que são àquelas derivadas de lei, medidas provisórias ou ato administrativo normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois anos.

A ordem orçamentária e financeira foi completada e fortalecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Assim, embora a LRF não tenha criado nenhuma exigência radicalmente nova para a geração de despesa, introduziu a **“Declaração do Ordenador de Despesa”**, que permite individualizar responsabilidades.

O art. 16º da LRF exige que, a despesa que está sendo gerada – portanto, a despesa nova – seja acompanhada de uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois exercícios seguintes, e de uma **“declaração do ordenador de despesa”**, atestando sua regularidade nos termos do PPA, da LDO e da LOA.

Se, além disso, a despesa for **obrigatória de duração continuada**, nos termos do art. 17 da LRF, deve-se indicar o mecanismo de compensação. Trata-se de uma **exigência adicional** e para tanto no Exercício Financeiro em vigor a compensação da despesa com o reajuste salarial que está sendo criada já foi considerada na proposta do orçamento em vigor e para os demais Exercícios será de acordo com o Anexo de Metas Fiscais anexado a LDO para 2015.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Contudo, diferentemente do art. 16, no qual se enquadram muitas despesas, o art. 17 trata de caso bastante particular: a despesa **corrente** que gerar impacto orçamentário-financeiro por um **período superior a dois exercícios e for obrigatória por lei ou ato administrativo normativo**, que corresponde ao caso presente projeto de Lei.

Como a geração de despesa deve ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de declaração do Ordenador de despesa e, que o impacto orçamentário-financeiro deverá ser calculado para os três exercícios subsequentes, **ANEXAMOS** a esta Declaração às memórias dos cálculos realizados por minha Assessoria onde foram considerados, partindo-se de uma premissa bem conservadora, a evolução da Receita Corrente Líquida e das Despesas com Pessoal para os exercícios de **2015 a 2018**, onde verificamos que a relação Gasto de Pessoal x Receita Corrente Líquida ficou enquadrada no limite prudencial previsto na RLF , **51,3%**, quando a Lei determina que o limite para essa relação é de **54%**.

Finalizando, declaramos como Ordenador da Despesa que todos os impactos financeiros e orçamentários provenientes do presente Projeto de Lei foram considerados e as medidas necessárias para que o mesmo seja absorvido de forma adequada pela Administração foram tomadas.

Cantagalo, 26 de agosto de 2016.


Saulo Domingues Gouvea
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
CÁLCULO DO IMPACTO DA CONTRATAÇÃO DE 4 (QUATRO) AGENTES DE ENDEMIA, NO FMS LEI XXX/2015

CARGO (A)	QUANTIDADE (B)	VENCIMENTOS + ENCARGOS (C)	CUSTO MENSAL (D) = (B x C)	CUSTO ANUAL (E) = (D x 13,33)
AGENTE DE ENDEMIA	4	R\$ 1.621,62	R\$ 6.486,50	R\$ 86.464,99
SUBTOTAL (a)	-	-	R\$ 6.486,50	R\$ 86.464,99
DESPESA COM PESSOAL (BASE JUNHO/2015 = 49,07%)				
Despesas criadas através da mensagem n.º 033/2015 (Contratação Agentes de Endemia)				
				R\$ 86.464,99
TOTAL (com as novas contratações)				R\$ 35.941.807,09

RCL (LDO)	RCL (#)	VARIAÇÃO % FOLHA (*)	GASTO C/ PESSOAL	% DA RCL
RCL JUNHO/2015	R\$ 73.077.087,90	-	R\$ 35.941.807,09	49,18
RCL JUNHO-2016 (VARIAÇÃO = 7,50%)	R\$ 78.557.869,49	8,0%	R\$ 38.817.151,66	49,41
RCL JUNHO-2017 (VARIAÇÃO = 7,30%)	R\$ 84.292.593,97	8,5%	R\$ 42.116.609,55	49,96
RCL JUNHO2018 (VARIAÇÃO = 7,50%)	R\$ 90.614.538,51	8,7%	R\$ 45.780.754,58	50,52

OBS. (*) CONSIDERADA A EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL (INFLAÇÃO + VARIAÇÃO DO PIB NACIONAL)

(#) CONSIDERANDO A VARIAÇÃO DA INFLAÇÃO

Handwritten signature

Marcio Luiz Soares Longo
 Secretário Municipal de
 Planejamento Gestão e
 Desenvolvimento Econômico